



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
QUARTA PROCURADORIA**

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE  
CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

**Representação nº 11/2020- G4P**

O Ministério Público de Contas, no exercício de seu mister, com fulcro no art. 85 da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF, arts. 1º, XIV e 76 da Lei Complementar nº 1/1994 e 54, I<sup>1</sup>, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal, vem oferecer a seguinte

**REPRESENTAÇÃO,**

para que o Plenário determine a apuração dos fatos a seguir descritos.

---

ML7

<sup>1</sup> Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

## **I – DOS FATOS**

Por meio do Ofício nº 331/2020-GAB DEP. LÚCIA LUCY (anexo), a Parlamentar noticiou possíveis **irregularidades** na execução das despesas realizadas no âmbito do Termo de Colaboração Emergencial nº 1/2020, celebrado em 4/4/2020, entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDES/DF e o Instituto Tocar<sup>2</sup>.

Consoante registrado no referido expediente, o ajuste em comento decorreu da **Dispensa de Chamamento Público**, deflagrada pela SEDES/DF, sob a égide da Lei nº 13.019/2014, destinada à seleção de organização da sociedade civil para a prestação do **Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, com a finalidade de promover apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais**, tendo como meta o atendimento de 200 (duzentas) pessoas simultaneamente, teto estimado no valor de R\$ 2.752.0469,13 e vigência de 90 (noventa) dias, prorrogáveis.

Segundo o arrazoado apresentado pela Parlamentar, ao tomar conhecimento da publicação do Aviso de Reabertura da referida Dispensa de Chamamento Público na Edição Extra do DODF nº 42-A, de 30/3/2020, encaminhou ao então Secretário de Estado de Desenvolvimento Social do DF o Ofício nº 137/2020-GAB DEP. JÚLIA LUCY (anexo), por meio do qual, foram solicitados esclarecimentos acerca dos parâmetros utilizados para a seleção dos 200 beneficiários do serviço, a definição do montante estimado, bem como dos valores unitários estimados para a estrutura prevista para o projeto, com descrição por item e valor total de cada um, consoante as especificações contidas na Nota Técnica nº 11/2020 – SEDES/SEADS/SUBSAS<sup>3</sup>, elaborada em 28/3/2020.

Diante das informações fornecidas pela Jurisdicionada, por meio do Ofício nº 657/2020 – SEDES/GAB (anexo), especialmente considerando os dados contidos na Planilha Comparativa elaborada a partir da pesquisa de preços realizada pela Gerência de Compras da Subsecretaria de Administração Geral da Secretaria para o estabelecimento do teto estimado para a execução do serviço, a Deputada identificou indícios de **possíveis irregularidades** em algumas aquisições previstas no projeto desenhado pela Secretaria.

A propósito, ponderou que, *“embora o serviço seja contratado para ser prestado por três meses, diversos itens deveriam ter que figurar uma única vez (...), porquanto a aquisição de uma única unidade seria suficiente para dar suporte ao serviço, tais como: cama, travesseiro, roupeiro e banheiros”*, conforme a seguir detalhado:

---

<sup>2</sup> Extrato publicado no DODF nº 66, de 7/4/2020 (p. 42).

<sup>3</sup> <http://www.sedes.df.gov.br/?s=Nota+T%C3%A9cnica+n%C2%BA+11%2F2020>



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**



GOVERNO DE BRASÍLIA  
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
GERÊNCIA DE COMPRAS

	ESTRUTURA	QTDE	PE 03/2019 UASG 160238 (Item 21)	PE 03/2019 UASG 160238 (Item 37)	PE 03/2019 UASG 160238 (Item 61)		1ª MEDIANA (para o cálculo da variação de 50%)	MÍNIMO (até 50% abaixo do valor da mediana)	MÁXIMA (até 50% acima do valor da mediana)	2ª MEDIANA	MÉDIA	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO (mensal)	TOTAL ESTIMADO (meses)	(R\$)
1	BANHEIROS - Módulo metálico tipo container Sanitário, com tratamento térmico, com 04 boxes (contendo 01 vaso sanitário e 01 lavatório em cada) com entradas independentes.	15	R\$ 6.300,00	R\$ 6.429,87	R\$ 6.300,00		R\$ 6.300,00	R\$ 3.150,00	R\$ 9.450,00	R\$ 6.300,00	R\$ 6.343,29	R\$ 6.300,00	R\$ 94.500,00	R\$ 283.500,00	
2	ESTÁÇÕES DE BANHO - Módulo metálico tipo container chuveiro, com tratamento térmico, com 04 boxes (contendo 01 chuveiro elétrico em cada) com entradas independentes. 2,00 x 2,00 x 2,70m	12	R\$ 3.053,23	R\$ 2.400,00	R\$ 2.740,00		R\$ 2.740,00	R\$ 1.370,00	R\$ 4.110,00	R\$ 2.740,00	R\$ 2.731,08	R\$ 2.731,08	R\$ 32.772,96	R\$ 98.318,88	
3	DORMITÓRIOS - Container Marítimo com isolamento térmico medindo 6,06x2,44x2,57m (Caudam). Contendo 01 porta externa com fechadura, 2 pontos de iluminação e tomadas, piso laminado e janela pequena.	50	R\$ 2.831,07				R\$ 2.831,07	R\$ 1.415,54	R\$ 4.246,61	R\$ 2.831,07	R\$ 2.831,07	R\$ 2.831,07	R\$ 141.553,50	R\$ 424.660,50	
4	CAMA - cama box solteiro conjugado com colchão 200x55 cm base de eucalipto, revestido de tecido anti-álérgico. Tamanho 1,88m x 88cm	220	R\$ 319,00	R\$ 395,00	R\$ 223,59		R\$ 319,00	R\$ 159,50	R\$ 478,50	R\$ 319,00	R\$ 312,53	R\$ 312,53	R\$ 68.756,60	R\$ 206.269,80	
5	TRAVESSOIRO - Anti-álérgico Tamanho 60x40cm revestimento 100% poliéster branco com enchimento flocos de espuma	220	R\$ 31,60	R\$ 36,65	R\$ 22,75		R\$ 31,60	R\$ 15,80	R\$ 47,40	R\$ 31,60	R\$ 30,33	R\$ 30,33	R\$ 6.672,60	R\$ 20.017,80	
6	JOGO DE CAMA - com lençol e fronha de solteiro 2,10m 1m algodão fio 24	440	R\$ 31,99	R\$ 20,84	R\$ 23,33		R\$ 23,33	R\$ 11,67	R\$ 35,00	R\$ 23,33	R\$ 25,39	R\$ 23,33	R\$ 10.265,20	R\$ 30.795,60	
7	ROUPIEIRO - 4 portas de aço com prido para cadeado, altura 1,96 largura e profundidade 38cm, na cor cinza.	50	R\$ 341,96	R\$ 468,90	R\$ 398,40		R\$ 398,40	R\$ 199,20	R\$ 597,60	R\$ 398,40	R\$ 403,09	R\$ 398,40	R\$ 19.920,00	R\$ 59.760,00	

**In casu**, a Deputada se insurgiu contra o pagamento de alguns desses itens, de forma **triplicada**, como se se tratasse de locação, ou uso personalíssimo dos itens, o que, a seu ver, não se aplicaria ao ajuste em questão, impondo, por consequência, a revisão do Termo de Colaboração “à luz de critérios e cuidados necessários”, sob pena de lesão aos cofres públicos.

Ao final, entendendo necessária a atuação do MPC/DF, requereu “o recebimento da presente notícia, para que, sejam apurados os fatos questionados e, ao final, as medidas legais sejam devidamente tomadas, tendo em vista os princípios que regem a administração pública, deliberando acerca das irregularidades apontadas nos referidos contratos.”

Feito o breve introito acerca dos fatos, este **Parquet** especial passa ao exame da controvérsia.

**Ab initio**, este MPC/DF destaca a inserção da matéria nas competências desta Corte de Contas, ao abrigo do que dispõe o art. 1º, V e VII, da Lei Complementar nº 1/1994.

Além disso, o Ministério Público de Contas, nos termos do art. 54, I, do RI/TCDF, possui competência para requerer ao TCDF medidas para salvaguarda do **Erário**. Entre os instrumentos para buscar o enfrentamento de **ilegalidades, irregularidades ou abusos**, o Órgão Ministerial dispõe das Representações, instrumento capaz de provocar a atuação do Tribunal de Contas do Distrito Federal, a teor do art. 230, IV, da Resolução nº 296/2016.

Volvendo o exame aos aspectos intrínsecos da manifestação da Parlamentar, forçoso concluir pela **satisfação dos pressupostos especificados no art. 230, § 2º, do RI/TCDF**. Ora, existe a caracterização circunstanciada da situação irregular e a presença de indícios de **descumprimento de preceitos constitucionais e legais voltados para a boa e**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

**regular aplicação dos recursos públicos, especialmente no contexto da grave crise sanitária pela qual passa o Distrito Federal.**

Superado este breve exame acerca da admissibilidade da peça, cabe salientar que, procedendo ao cotejamento dos itens necessários à execução do serviço, conforme detalhado no item 16.1 da Nota Técnica nº 11/2020 – SEDES/SEADS/SUBSAS e as informações contidas na planilha comparativa de preços elaborada pela Secretaria (anexo ao Ofício nº 331/2020-GAB DEP. LÚCIA LUCY), os resultados apontam **inconsistências** na definição dos valores estimados para a execução do serviço, com possível reflexo no Termo de Colaboração Emergencial nº 1/2020 celebrado com o Instituto Tocar.

Com efeito, verifica-se que alguns itens que compõe a estrutura do serviço objeto da Dispensa de Chamamento Público deflagrada pela SEDES/DF, a exemplo de cama, travesseiro, jogo de cama e roupeiro, conforme detalhado a seguir, tiveram seus valores considerados como locação, ao invés de aquisição, a despeito de a pesquisa de preços para a estimativa da despesa ter sido feita a partir de certames destinados à compra destes artigos.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VLR UNITÁRIO ESTIMADO	VLR ESTIMADO (mensal)	TOTAL ESTIMADO (3 meses)
4	CAMA - cama box solteiro conjugado com colchão d20 05 cm base de eucalipto, revestido de tecido antialérgico. Tamanho 1,88m x 88cm	220	312,53	68.756,60	206.269,80
5	TRAVESSEIRO - Anti-alérgico Tamanho 60x40cm revestimento 100% poliéster branco com enchimento flocos de espuma	220	30,33	6.672,60	20.017,80
6	JOGO DE CAMA - com lençol e fronha de solteiro 2,10mx 1m algodão fio 24.	440	23,33	10.265,20	30.795,60
7	ROUPEIRO - 4 portas de aço com pitão para cadeado, altura 1,96 largura e profundidade 36cm, na cor cinza.	50	398,40	19.920,00	59.760,00

Dessarte, consoante indicado no expediente encaminhado pela Deputada Lúcia Lucy, o pagamento desses itens, considerando o valor estimado para a locação mensal, ao custo total de R\$ 316.843,20, implica em possível dano ao Erário no montante de R\$ 211.228,80, podendo alcançar a cifra de R\$ 422.457,60, tendo em vista a prorrogação do ajuste, por mais 60 dias, na forma da notícia veiculada no sítio eletrônico Agência Brasília em 28/7/2020<sup>4</sup>.

Ademais desses itens, do exame da referida planilha comparativa de preços elaborada pela Secretaria, foi possível constatar que outros artigos também tiveram seus valores estimados considerando a locação mensal, em que pese a pesquisa de preços ter sido feita com base na aquisição dos produtos. A tabela a seguir, exemplifica outros itens identificados:

<sup>4</sup> <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/07/28/gdf-prorroga-acolhimento-em-abrigos-provisorios/>



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VLR UNITÁRIO ESTIMADO	VLR ESTIMADO (mensal)	TOTAL ESTIMADO (3 meses)
19	VENTILADORES - Ventilador de mesa mundial 3 velocidades 6 pás com hélice de 30cm 220v menos barulho com grande vazão de ar, grades desmontáveis que facilitam a limpeza ajuste de inclinação.	50	99,16	4.958,00	14.874,00
23	MESA ESCRITÓRIO - 1m x60cm base de ferro com tampo de MDF na cor marron	12	298,97	3.587,64	10.762,92
25	COMPUTADOR COM MONITOR - configurações SSD 100gb, 4gb de ram e o processador coreduo, pacote office instalado, com monitor 15 polegadas, LCD.	4	1.192,63	4.770,52	14.311,56
29	MÁQUINA DE LAVAR - 12kg, Dimensões aproximadas do produto - cm (AxLxP) 104,6x59x66,5cm	5	1.342,95	6.714,75	20.144,25
30	SECADORA - 12kg Dimensões compactas com capacidade de 11,2kg - Painel eletrônico e display com luz em LED - 5 opções de tempo (30,40,50, 60 e 120 min) - 16 programas de secagem incluindo modo para passar, roupa de bebê, Desodorizante e programa favorito - 3 opções de intensidade de secagem - Trava do painel: impede o acionamento acidental ou o uso por crianças	5	1.583,66	7.918,30	23.754,90
35	Geladeira Continental Frost Free branca 472 L Dimensões e Peso - Altura: 179cm - Largura: 60cm - Profundidade: 70 cm - Peso: 58,2kg.	3	2.246,36	6.739,08	20.217,24

Com efeito, a par das informações amostrais prestadas pela Deputada Lúcia Lucy, somadas as do levantamento realizado por este MPC/DF, **parece pertinente sustentar que houve irregularidade na Dispensa de Chamamento Público deflagrada pela SEDES/DF**, consoante alertado pela Parlamentar, já que o valor do ajuste foi baseado na locação mensal de itens que compõe a estrutura do serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, detalhada na Nota Técnica nº 11/2020 – SEDES/SEADS/SUBSAS, os quais deveriam ter sido computados como aquisição.

Igualmente grave, conforme o questionamento feito pela Parlamentar à SEDES/DF, é o fato de que, tendo em vista a estimativa global da Dispensa de Chamamento Público em questão, de R\$ 2.752.046,13, o montante de **investimento por usuário** do serviço, considerando a meta de atendimento de 200 pessoas no prazo de 90 dias, perfaz o valor de R\$ 13.760,23, o que implica no dispêndio mensal de **R\$ 4.586,74** por vaga ofertada.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

Vale mencionar que, mediante consulta aos documentos que instruem outra Dispensa de Chamamento Público deflagrada pela SEDES/DF<sup>5</sup>, desta feita destinada à seleção de organização da sociedade civil para celebração de termo de colaboração, tendo por objeto a **instalação do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX**, foi possível verificar que a Secretaria adotou **outros parâmetros** para a estimativa da despesa.

No novo procedimento, os valores estimados para a instalação da estrutura requerida na Nota Técnica nº 15/2020 - SEDES/SEADS/SUBSAS<sup>6</sup>, que também contempla a necessidade de camas, armários, ventiladores, mesa para escritório, microcomputador, máquinas de lavar e de secar, geladeira, entre outros, foram estipulados em razão do prazo total previsto para o ajuste, de 90 dias, considerando a aquisição dos itens. O montante da estrutura instalada resultou no valor de R\$ 868.939,15.

Além disso, para a estimativa de material de consumo, pessoal (e encargos) e demais serviços de terceiros e de concessionárias, a nova dispensa considerou a seguinte equação: *“(Valor de referência do Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias na modalidade Abrigo Institucional x meta quantitativa (200) x 3 meses (90 dias)).”*

Referido **valor de referência** é o estabelecido no Anexo I da Portaria nº 290/2017<sup>7</sup>, correspondente à importância de **R\$ 1.620,73** por pessoa atendida em um mês, o que resultou a estimativa desses custos no montante de R\$ 972.438,00.

Com efeito, adotando-se esses parâmetro no procedimento de Dispensa de Chamamento Público que resultou na celebração do Termo de Colaboração Emergencial nº 1/2020 com o Instituto Tocar e, neste contexto, subtraído o valor das despesas requeridas para a estrutura indicada na Nota Técnica nº 11/2020 - SEDES/SEADS/SUBSAS, tal qual aquela indicada na Nota Técnica nº 15/2020 - SEDES/SEADS/SUBSAS, a estimativa de material de consumo, pessoal (e encargos) e demais serviços de terceiros e de concessionárias resultaria no montante de R\$ 1.382.457,06, o que corresponderia ao dispêndio mensal de R\$ 2.304,09 por vaga atendida.

Ainda, adotando-se o cálculo mais conservador, isto é, mediante adequação dos valores necessários para a estrutura considerando a aquisição dos itens não passíveis de locação, na forma demonstrada mais acima, o dispêndio mensal, por vaga atendida, passaria a ser de R\$ 2.725,77, igualmente superior ao valor de referência estipulado na Portaria nº 290/2017.

Desse modo, com arrimo nos parâmetros utilizados pela SEDES/DF para a definição do valor estimado para a Dispensa de Chamamento Público de que trata o Ofício nº 331/2020-GAB DEP. LÚCIA LUCY, destinada à seleção do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências para a **oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais à população em situação de rua atingida**

<sup>5</sup> Aviso publicado na Edição Extra nº 53 do DODF de 14/4/2020

<sup>6</sup> [http://www.sedes.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/04/Nota\\_Tecnica\\_38580022.pdf](http://www.sedes.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/04/Nota_Tecnica_38580022.pdf)

<sup>7</sup> Disponível em <http://www.sedes.df.gov.br/2017-2/>





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

**pelas medidas para enfrentamento do coronavírus**, há indicativo de que os fatos narrados na presente Peça **afrontam** os princípios da **economicidade** e da **eficiência**.

Com efeito, não se pode olvidar que tais postulados devem ser observados em todos os ajustes firmados entre o Poder Público e particulares, inclusive naqueles regidos pela Lei nº 13.019/2014, sobretudo em razão do disposto no caput do art. 37 da CF/1988, quando faz referência ao princípio da **eficiência**.

**In casu**, como visto, apesar de a pesquisa de preços realizada pela SEDES/DF ter adotado como parâmetro a aquisição de alguns produtos, a estimativa para a contratação do serviço levou em conta a locação destes itens, o que pode ter onerado o custo do ajuste decorrente do procedimento de Dispensa de Chamamento Público em questão, consoante arguido pela n. Deputada.

Desse modo, este Órgão Ministerial entende que há elementos que indicam a necessidade de atuação do Tribunal, a fim de que seja apurado o **possível prejuízo decorrente** da execução das despesas no âmbito do Termo de Colaboração Emergencial nº 1/2020 celebrado com o Instituto Tocar, tendo em vista o pagamento mensal por locação de itens que, uma vez adquiridos, seriam suficientes para satisfazer a estrutura requerida visando ao atendimento da demanda prevista para o serviço ajustado.

Outrossim, não se pode olvidar que dados da própria SEDES/DF revelam que a Secretaria deixou de adotar o **valor de referência** do Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias na modalidade Abrigo Institucional estipulado na Portaria nº 290/2017, correspondente ao montante de R\$ 1.620,73 por pessoa atendida/mês, não sendo improvável sugerir que o custo desse atendimento também tenha onerado os cofres públicos. Desta forma, verifica-se a **materialidade** e a **relevância** da temática apresentada nesta Exordial.

## **II – DO PEDIDO**

Ante todo o exposto e considerando que esta Corte de Contas é competente para apreciar a questão em comento, uma vez que a ela compete apurar denúncias sobre irregularidade e ilegalidade de atos praticados pela Administração Pública, consoante o disposto no art. 1º, § 3º e 76 da Lei Complementar nº 1/1994, bem como zelar pela correta aplicação da Lei e dos recursos públicos, o Ministério Público de Contas requer ao Plenário que:

**I – conheça** da presente Representação e determine seu processamento em autos específicos, uma vez que estão presentes os requisitos de admissibilidade estabelecidos no art. 230, § 2º, do RITCDF;

**II – conceda** prazo à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e ao Instituto Tocar para que apresente esclarecimentos a respeito dos fatos narrados, com fundamento no art. 230, § 7º, do RI/TCDF;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

**III – autorize** a realização de procedimento de fiscalização por parte do Corpo Técnico do TCDF tendente a verificar os valores praticados no Termo de Colaboração Emergencial nº 1/2020 celebrado entre a SEDES/DF e o Instituto Tocar, que tem por objeto o Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e de Emergência, mediante a promoção de apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, com a oferta de alojamento provisório, atenções e provisões materiais, conforme as necessidade detectadas.

Brasília, 9 de setembro de 2020.

**Marcos Felipe Pinheiro Lima**  
Procurador-Geral